



O que é um golpe? A linguagem política do golpe na trajetória de um ex-trabalhista regenerado

Kleitton de Sousa Moraes

Professor de História do Brasil Contemporâneo do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. Doutor e mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

 <https://orcid.org/0000-0002-9852-0420>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0004>

Recebido em: 13/03/2024

Aprovado em: 26/05/2024



O que é um golpe? A linguagem política do golpe na trajetória de um ex-trabalhista regenerado

RESUMO

O trabalho pretende investigar, de maneira introdutória, o processo de construção de um novo vocabulário político em meio à crise institucional no Brasil de inícios da década de 1960. Para isso, analisamos os artigos publicados pelo polemista Themístocles de Castro e Silva em 1961 e 1964. A hipótese é de que, à medida que os acontecimentos se davam, uma nova linguagem política foi sendo forjada, onde termos como “democracia” e “legalidade” foram ganhando distintos significados. Dessa forma, busco defender que o Golpe civil-militar de 1964 pode, em parte, ser compreendido analisando o contexto linguístico que tornou possível a defesa de um golpe de Estado em nome da democracia.

Palavras-chave: democracia; linguagem; golpe de 64.

What is a coup? The political language of the coup in the trajectory of a reformed ex-labor party member

ABSTRACT

The study aims to investigate, in an introductory manner, the process of building a new political vocabulary amid the institutional crisis in Brazil in the early 1960s. To achieve this, we analyze the articles published by the polemicist Themístocles de Castro e Silva in 1961 and 1964. The hypothesis is that, as events unfolded, a new political language was forged, wherein terms like "democracy" and "legality" acquired different meanings. Thus, I argue that the 1964 civil-military coup can, in part, be understood by examining the linguistic context that made it possible to advocate for a coup in the name of democracy.

Keywords: democracy; language; 1964 Coup.

Ainda em torno de 64

Ainda é cedo para avaliar a existência ou não de um impacto provocado pela recente ascensão conservadora e autoritária na reflexão historiográfica sobre o autoritarismo à brasileira.¹ É comum – e algo óbvio – aproximar de forma apressada essa recente experiência da outra, anterior, a que desembocou na ditadura que se iniciou em 1964. A ligeireza em fazer essa constatação talvez soe como um desejo desabrido de que a experiência recentíssima tenha algo a reter da outra experiência. Mas, se tal questionamento pode parecer algo prematuro e requeira maior robustez para ser colocado – sobretudo, dado o recente dos acontecimentos -, a ditadura que se inicia em 1964 já possui uma produção consolidada sobre o evento². Tais estudos, ao passo que buscavam realçar aspectos pouco compreendidos da atuação das instituições que sustentavam a máquina repressiva do regime ditatorial, se destacavam também por lançar dúvidas para a dicotomia frágil entre Estado repressor e sociedade vítima e, como consequência desta última - e para ficar no dado mais polêmico - problematizavam as memórias produzidas do período, introduzindo aspectos incômodos de uma sociedade que parecia viver o seu fluxo normal, apesar da ditadura. Inegavelmente, essas questões, que surgiam como novidade, reorientavam o campo dos estudos históricos como um todo, que, como corolário, teve que se abrir para um

¹ Mapear o que seja um “autoritarismo à brasileira” é um tema que há muito é discutido no chamado “pensamento social brasileiro”. É digno de nota que há mais constatações factuais do que certo rigor conceitual do que seria o “autoritário” no caso brasileiro. Mais recentemente, dois historiadores tem buscado, com certo sucesso, uma definição mais clara dessa suposta “singularidade”. Trata-se de Carlos Fico e de Lilian M. Schwarcz. Para Carlos Fico, o autoritarismo brasileiro se expressa na, por ele denominada, “utopia autoritária” que, do ponto de vista político, define como sendo uma propensão a soluções fáceis - por vezes, às margens da constituição - em momentos de crise. Como exemplo o autor cita as intervenções, impeachments e golpes dados em nome de uma suposta “salvação nacional” ou entendidos como necessários para sanar crises (Fico, 2018). Lilian Moritz Schwarcz, para além do caráter político, considera o autoritarismo brasileiro algo difuso, que aparece nas relações cotidianas da sociedade brasileira como atos violentos, por vezes sutis, e que a autora entende como sendo o resultado de um longo processo de convivência com certos eventos, tais como a escravidão e demais relações hierárquicas (Schwarcz, 2019). Para os fins deste artigo, irei reter a compreensão de que se trata, tal como Fico, de um fenômeno que se expressa na burla – mas não na eliminação - das regras constitucionais e, como quer Lilian Schwarcz, se legitima numa disseminada cultura de longa duração que corrobora, tão rápido, quanto com certa normalidade, atos de força.

² O espaço é exíguo para fazer um levantamento exaustivo dessa produção por demais conhecida do público especializado, mas cabe destacar, de início, duas coletâneas que visavam fomentar os debates sobre a ditadura militar brasileira. Ver: D’Araújo; Soares, 1994; Motta; Reis; Ridenti, 2004. Além dessas duas coletâneas, destaco o excelente balanço do historiador Carlos Fico sobre as versões sobre o golpe e a ditadura, Ver: Fico, 2004. Por último, mas não menos importante, é relevante citar trabalhos como a da historiadora Janaína Martins Cordeiro, que chamam a atenção para o apoio dado pela sociedade ao golpe e à ditadura de 1964, Ver: Cordeiro, 2015. Janaína também organizou, junto com a historiadora Denise Rollemberg, uma coletânea com jovens pesquisadores, demonstrando o fôlego que novas pesquisas têm produzido sobre a temática, Ver: Cordeiro, 2021.

diálogo mais ousado com diversos campos de produção de conhecimento - como a psicanálise, nomeadamente na reflexão sobre o trauma; a literatura, no que diz respeito às formas de narrar um evento, e a linguagem, sobretudo em torno das linguagens políticas (Araújo; Fico; Grin, 2012; Reznik, 2023; Miranda, 2021).

Em específico sobre o golpe civil-militar de 1964, o deslumbramento em torno de pares dicotômicos, tais como democratas *versus* golpistas, perde de vista toda uma gramática que foi definindo o que termos como “golpe” e “democracia” suportariam naqueles idos, fazendo soar irônico, ainda hoje, o fato de que, efetivamente, o golpe, também foi dado em nome da democracia (Castro; D’Araújo; Soares, 2004). Para enfrentar essa aparente contradição, cabe questionarmos sobre o funcionamento de uma linguagem política que suportava fórmulas autoritárias. Linguagem que geralmente se tenta compreender a partir de *corpus textuais* de autores autorizados e reconhecidos como formuladores de um possível “pensamento autoritário”. Ora, se, de fato podemos assegurar a existência nada incomum de uma tradição brasileira de intelectuais autoritários, nem por isso cabe desdenhar, sob pena de incompreensão das vicissitudes em que se formam tais discursos, a existência singular de certo discurso disseminado que fundia o mais assumido apego pela democracia com uma ausência de constrangimento no apego por saídas pouco democráticas – para não dizer violentas. Essa aparente contradição comumente é motivo de incompreensões, como se o desprezo por elementos identificados como “democráticos” não pudessem conviver com uma honesta defesa da democracia. Nesse ponto, cabe, por exemplo, atentar para como as definições acerca do que se entendia por “democracia” em um determinado momento vão significando as práticas em torno do político. Em outras palavras, como uma linguagem política vai sendo forjada no calor da hora ou, como o cientista político e historiador Luiz Reznik (2023) observa, “como os conceitos podem ser reapropriados e utilizados em função de seu histórico de significados” (Reznik, 2023, p. 08). Talvez uma investigação maior de personagens que escapem do cânone denominado “pensamento autoritário brasileiro”³ possa ser mais esclarecedor para

³ O interesse em torno de um pensamento autoritário brasileiro é antigo, o que cabe destacar é que grande parte dessa produção tem suas balizas assentadas nas ideias produzidas na primeira metade do século XX, Ver: Lamounier, 2016; Fausto, 2001; Botelho; Ferreira, 2010; Beired, 1999. É curioso como, à medida que se avança para os anos 50 ou 60, escasseiam os estudos dedicados à sistematizações de um pensamento autoritário em torno de um autor, ganhando destaque os estudos sobre a produção de difusas ideias expressas em uma variedade de formatos – como jornais, revistas e filmes. Essa ausência de intelectuais autoritários contrasta com os estudos dedicados aos intelectuais do Estado Novo. Obviamente, podemos arriscar a hipótese de que nos anos 50 e 60 tal temática está fora de moda. É digno de nota, como exceção nesses estudos, citar o trabalho do historiador Diogo Cunha. Ver: Cunha, 2018.

trazer novas reflexões sobre como funcionam tais discursos para além dos intelectuais canonizados. A relativa “fuga” dos “clássicos” é parte de uma recomendação metodológica importante para se conhecer a variedade de escritos que definem, se utilizam ou contestam termos básicos e que vão dando forma à uma gramática que, por vezes, só foi possível investigar em textos canônicos. Não se trata de contestar, no entanto, a validade destes textos canonizados – substituindo-os pela análise de escritores de menor qualidade reflexiva. Ao contrário, tais pesquisas visam fazer o leitor compreender as escolhas temáticas e semânticas nas argumentações de personagens de um determinado tempo, bem como localizá-los dentro de um contexto linguístico próprio ou, por outras palavras, numa linguagem política existente (Pocock, 2013). Por óbvio, tais explicações dependem da investigação do curso de uma ação, de como se produz uma inovação no ato de enunciação e de como essas escolhas se baseiam em disputas do social (Koselleck, 2006; Jasmin; Feres Júnior, 2006).

É como parte dessa tentativa de desvendar a linguagem política do golpe que a trajetória de um personagem ordinário, como o polemista cearense Themístocles de Castro e Silva, pode ajudar na compreensão de como se produziu um discurso comum – pois não excepcional – de certo autoritarismo brasileiro e, sobretudo, observar as vicissitudes que criam imagens matizadas de um conservadorismo não convencional. Nessas buscas, o conservador autoritário pode aparecer mobilizando elementos pouco previstos em um modelo canonizado de “pensamento autoritário”. Talvez, nesse afã, seja possível também estabelecermos uma maior compreensão de discursos autoritários disseminados ainda existentes que nos parecem surgir de forma imprevista e inédita e que, por isso mesmo, desnorteiam uma melhor avaliação.⁴

Nascido em Canindé, no interior do Ceará, Themístocles cedo seguiu a carreira de homem de imprensa, passando por diversos veículos de comunicação do Ceará, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Trabalhando como revisor e repórter, Themístocles logo foi contratado pelos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, como secretário da importante agência *Meridional*, com sede no Rio de Janeiro. Lá, se aproximou do sindicato da classe de jornalistas. Ainda em meados de 1950, se tornou muito próximo

⁴ Para os fins deste artigo, cabe destacar que por autoritário, entendo não um adjetivo limitado à grupos específicos, tais como esquerda ou direita, ou mesmo conservador, liberal ou socialista. Por essa razão, achei por bem enfatizar que, no caso estudado aqui, trata-se de um personagem assumidamente conservador e, como se verá, com posições que mesclavam de um apego à constituição, até defensor de saídas autoritárias. Como observa o politólogo italiano Mario Stoppino, tal adjetivo – “autoritário” – pode estar ligado à diversas tendências, mas, observa o mesmo autor, “existe uma tendência significativa para limitar o uso do termo para ideologias nas quais a acentuação da importância da autoridade e da estrutura hierárquica da sociedade tem uma função conservadora” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2010, p. 95).

do político cearense, ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Parsifal Barroso, tornando-se seu secretário pessoal e chefe de gabinete quando este virou ministro da estratégica pasta do Trabalho, no governo de Juscelino Kubistchek, em 1956. Logo, Parsifal Barroso nomeou Themístocles presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS)⁵ com a incumbência de, em nome do governo, orientar a prática sindical e fazer “pontes” entre o mundo do trabalho e o ministério. Nas eleições estaduais de 1958, Parsifal, alçado pelo governo de Juscelino Kubistchek à liderança nacional como ministro do Trabalho e prestigiado por João Goulart, então vice-presidente e chefe maior do trabalhismo pós-Vargas, concorreu ao cargo de governador do Ceará. Tendo Themístocles de Castro e Silva como principal articulador da campanha contra o líder udenista, o coronel Virgílio Távora - sobrinho do conhecido general Juarez Távora -, Parsifal, teve o apoio incontestado da forte liderança do PTB cearense, nas mãos de Carlos Jereissati. Usando de elementos inéditos na política cearense, como slogans e jingles, Themístocles, atuando como uma espécie de marqueteiro, ajudou na vitória esmagadora de Parsifal sobre seu adversário, logo tornando-se novamente secretário de gabinete do novo governador e progressivamente ganhando fama como o homem forte do governo trabalhista no Ceará – isso tudo sem nunca deixar seu trabalho nos *Diários Associados*. É com essa experiência que irá, no começo dos anos 60, propor ao governador Parsifal a compra do jornal *O Estado*, como forma de ter um órgão na imprensa cearense que fosse difusor das práticas do governo (Santos, 2017). Foi através desse periódico – onde, aliás, era um dos diretores - e dos *Diários Associados* no Ceará, que Themístocles se envolveu nas disputas ideológicas do começo dos anos 1960.

Analisando artigos publicados por Themístocles nesses dois órgãos de imprensa, farei, nos limites deste artigo, um primeiro exercício comparativo de dois momentos, quais sejam, a crise política que antecedeu a posse do vice-presidente João Goulart, em 1961, e o momento de queda do mesmo Goulart, em 1964, através de um golpe de Estado. De posse das ferramentas teórico-metodológicas da História dos conceitos (Koselleck, 2006; Jasmin; Feres Júnior, 2006) e do contextualismo linguístico (Pocock, 2013), busco analisar uma mudança na linguagem política, expressa em entendimentos distintos do que seja a “democracia” ou a “legalidade”. Essa mudança é

⁵ A Comissão Técnica de Orientação Sindical era um braço do Ministério do Trabalho cuja função era orientar os trabalhadores e seus sindicatos, com ações que iam desde palestras até distribuição de cartilhas didáticas sobre o papel dos sindicatos. Foi instituída ainda na ditadura varguista, em 1943. Ver: Rodrigues, 1968. O decreto de sua criação, contendo suas atribuições, está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5199-16-janeiro-1943-415198-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 fev. 2024.

parte da história de um intenso debate sobre os rumos do país na primeira metade da década de 1960, que se expressava numa radicalização de posições e que resultou na reelaboração de um vocabulário político que tornou possível um golpe de estado.

No Brasil da primeira metade da década de 1960, a disputa político-ideológica invadia os debates que buscavam soluções para a superação do impasse social e institucional que o país vivia. Este impasse, diagnosticado por todo aquele que de alguma forma se interessava pelas questões políticas de então, tinha como centralidade, malgrado as diversas matizes, o entendimento do que seria uma verdadeira “democracia”. De reformistas a comunistas; de conservadores a liberais; de grupos empresariais a sindicatos, a temática democrática ia se redefinindo à medida que os atores inflavam seu conteúdo, de forma que uma linguagem política foi ganhando forma. Essa batalha de definições alimentava defesas e ataques apaixonados e sofreu uma inflexão no limiar do governo do presidente Jânio Quadros e na batalha que se seguiu ao seu final.

Legalidade contra a ditadura: a posse de Jango

Na manhã do dia 26 de agosto de 1961 o Brasil amanhecia bestificado com os jornais noticiando a inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros, acontecida na tarde do dia anterior. Um governo inicialmente apoiado pela conservadora União Democrática Nacional (UDN) e que em menos de sete meses colecionou uma série de polêmicas, das quais a maior foi a condecoração do líder cubano Ernesto Che Guevara. Esta atitude decretara, na véspera da renúncia, o rompimento de diversas lideranças de direita que apoiaram a sua eleição. Alegando o concurso de “forças terríveis” o agora ex-presidente deixava o país numa crise sem precedentes e com o vice-presidente, o trabalhista João Goulart, em viagem oficial à China comunista, vetado pelos comandantes das Forças Armadas, acusado de ser simpático aos comunistas. Esse roteiro, já bastante conhecido da historiografia, ganhou então contornos de luta ideológica num quadro de Guerra Fria. Acontecia no Brasil mais um capítulo que colocava, de um lado, uma paranoia anticomunista e, de outro, um grupo heterogêneo de forças identificadas como a esquerda (Labaki, 1986).

Nos dias que se seguiram, uma verdadeira batalha de comunicação se travou, com o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, liderando desde o Palácio de Piratininga, em Porto Alegre, uma cadeia de rádios e jornais a fim de garantir o retorno e a posse de João Goulart. Ao norte, no Ceará, governado pelo PTB de Jango e Brizola,

o governador Parsifal Barroso, pelas páginas de *O Estado*, aparecia tentando manter a calma da população defendendo, contra a ação dos chefes militares, a posse de Jango. Mas, nas páginas do mesmo jornal, o polemista Themístocles de Castro e Silva, então acumulando os cargos de secretário de Administração e da Agricultura do governo trabalhista cearense, engrossava o coro da resistência em defesa da posse de João Goulart, escrevendo em forma de desafio:

É triste, é lamentável, ou, simplesmente, vergonhoso o quadro atual da vida brasileira. Tudo está parado há mais de uma semana, numa expectativa inquietante e revoltante, enquanto, perante o olhos do mundo, passamos por simples republiqueta, onde o povo não vale nada, não pensa, nem decide.

Ora, senhores, se o sr. João Goulart não pode tomar posse do cargo de presidente da República, para que eleições? Para que o Congresso? Por que, finalmente, mentir ao povo, com esse bonito anúncio luminoso, dizendo-lhe que vivemos em regime democrático?⁶

A retórica inflamada do redator se explicava. Fazendo parte do primeiro governo trabalhista no Ceará e tido como o mais fiel conselheiro do governador, Themístocles fora o articulador da segunda vitória do PTB num estado do Nordeste, em outubro de 1958. Na ocasião, o polemista, defendendo a candidatura de Parsifal, escrevia que, com a vitória do candidato petebista, “teremos, finalmente, a inauguração de um governo trabalhista no Ceará, para cuidar da sorte dos desamparados”⁷. Agora, passados três anos da vitória espetacular sobre o candidato militar da UDN, o coronel Virgílio Távora, Themístocles era, ele próprio, considerado o homem forte do governo petebista cearense e, fazendo eco às manifestações do governador gaúcho, Leonel Brizola, subia o tom com os militares na defesa da posse do líder nacional de seu partido:

O manifesto dos três ministros militares, pagos pelo povo para garantir-lhe a tranquilidade, mais parece um artigo do jornal do sr. Carlos Lacerda, esse outro louco que pensa que o Brasil é dele.(...) E os três ministros militares, que não são mais do que uma parcela do povo, não podem insistir no desrespeito à vontade de talvez noventa e nove por cento da população brasileira. A caserna nunca lhes ensinou isso!

O papel das Forças Armadas é o de velar pelo regime e não o de desfigurá-lo, ao sabor de conveniências pessoais ou de grupos.⁸

⁶ SILVA, Themístocles de Castro e. Posse, pura e simples, e temos conversado! In: *Jornal O Estado*, 3 de setembro de 1961. p. 1

⁷ *Idem*. Coluna do PTB. In: *Jornal Unitário*, 16 de julho de 1958. p. 1

⁸ *Idem*. Posse, pura e simples, e temos conversado! In: *Jornal O Estado*, 3 de setembro de 1961. p. 1

Tais palavras, redigidas num momento onde já se apaziguavam os ânimos com a aprovação, pelo Congresso, do parlamentarismo como saída para a posse de João Goulart, destoavam do tom parcimonioso do próprio governador Parsifal Barroso e terminavam com uma sentença objetiva e desafiadora:

O sr. João Goulart é presidente da República sem coações, sem parlamentarismo, sem nada. Como tal, não pode e nem deve submeter-se à formulas redigidas em cima da perna, sob pena de também contribuir para o desrespeito à vontade do povo. Posse, pura e simples, e nada mais!⁹

Para Themístocles o que estaria em jogo era “a Constituição da República, votada pelo povo, através de seus legítimos representantes”. Desdenhar esta premissa básica de legitimidade pelo voto do povo, seria rasgar a Constituição. Seria, por fim, “mentir ao povo”¹⁰. A saída parlamentarista fugia dos limites constitucionais vigentes, pois desrespeitava a vontade do povo, manifestada nas urnas. Para Themístocles, a tônica da defesa da posse de João Goulart estava sempre assentada na defesa da orientação dada pela Constituição de 1946. Assim, mesmo para os que não gostavam de João Goulart, o articulista lembrava que, para o presidente eleito pelo povo que “não honra o exercício do cargo” na “Constituição também há remédio” e “o povo, que o chama agora, também saberá repeli-lo, se ele o trair”.¹¹

Não é gratuito salientar que a opinião do autor do artigo, neste momento, buscava justificar-se sempre nos limites da Constituição. Era por essa régua que residia a deslegitimação de qualquer saída que estritamente não estivesse de acordo com a carta constitucional. Ademais, como um dos diretores do jornal, Themístocles falava em nome do periódico que, fazendo eco ao jornal carioca *Correio da Manhã*, reproduzia em suas páginas a reportagem deste último jornal que, dias antes, denunciara a situação política, como sendo uma “ditadura dos ministros militares”.¹²

A fórmula do voto do povo, entendido como soberano mesmo diante da dúvida em relação ao novo presidente, era reiterada para definir a ação de tentativa de impedimento à posse de Jango como fora dos limites da democracia, situando o Brasil como uma “simples republiqueta”. O golpe seria ultrapassar o direito legítimo manifestado na eleição. Não havia dúvidas, nessa leitura Jango deveria tomar posse,

⁹ *Ibid*

¹⁰ *Ibid*

¹¹ *Ibid*

¹² *Jornal Correio da Manhã apud Jornal O Estado*, 1º de setembro de 1961. p. 01.

daí o título enfático do artigo: “Posse, pura e simples, e temos conversado!”.¹³

Se o impedimento da posse do vice-presidente era, como dizia o jornal, uma “ditadura dos ministros militares”, era porque tal ação ditatorial tentava se legitimar por uma suspeição baseada por uma constatação que, mesmo se verdadeira, negava um direito ao povo que elegera aquele que agora era identificado como suspeito. Daí a ênfase de Themístocles de hierarquizar os argumentos com frases tais como “três ministros militares pagos pelo povo” ou “os três ministros militares que não são mais do que uma parte do povo”. Estar ao lado do povo, nesse momento, era escutá-lo em seu legítimo direito no voto. Era pelo voto que se deslegitimava a ação dos ministros militares que, por essa leitura, só podia ser classificada como uma ação golpista visando uma ditadura.

Aqui, o suporte do que se entendia como democracia afinava-se com um acontecimento: uma eleição. Historicamente situado, nesse evento se afirmava a vontade do povo e sua “consciência nacional [...] como essa que assistimos, reclamando não a posse de A ou B, mas o simples respeito da constituição”¹⁴. Essa “consciência” se materializava no ato do voto. Nesses termos, não há espaço para conjecturas sobre a índole do João Goulart ou opiniões de desafetos, mas há o entendimento que a “consciência nacional”, mais do que algo que paira sobre todos, é materializada no regime. Dessa forma, é Themístocles que reafirma:

Um regime é uma mentalidade. E a mentalidade de um povo não pode e nem deve ser transformada da noite para o dia, só porque fulano ou sicrano não vai com a cara do presidente da República que o povo escolheu livremente nas urnas. Assim, esse negócio de parlamentarismo deve também cair. É uma farsa!¹⁵

A mentalidade definida e expressa em uma instituição é uma fórmula que carrega, nesse entendimento, a negação de qualquer tipo de argumento que busque traduzir um ato ou um sujeito para além da História. É na regra desse regime – que é, nas palavras do articulista, a própria “mentalidade” do povo expressa na lei – que se devia buscar uma definição do melhor para a sociedade, pois não haveria fato, a não ser um presidente eleito que pelo regra do regime, deveria assumir. Daí a pergunta irônica “então senhores, que mal fez ao Brasil o sr. João Goulart, a ponto de os três ministros militares não lhe permitirem nem o regresso à pátria?”¹⁶. A questão de qual

¹³ SILVA, *Op.cit.*, p. 01

¹⁴ *Ibid*

¹⁵ *Ibid*

¹⁶ *Ibid*

o mal (e, na esteira disso, qual o bem) soa retórica, pois, para Themístocles, o único bem é o respeito à vontade do povo, como corpo político. Fora dessa vontade reside o golpe, ou a ditadura.

Dentro desses limites, a democracia se definia com o próprio respeito à República, que é a expressão da mentalidade de um povo. Aqui claramente há uma circunscrição de um pacto social que se revela no evento “eleição”. Note-se que a defesa da legalidade e da democracia se contrapunha a uma ação taxada de termos tais como “ditadura” ou “ditatorial”. Não há, no horizonte vocabular de Themístocles, o substantivo “golpe”, senão uma ação contra a democracia - definida nos termos de ação ditatorial contra uma legalidade.

A reação das Forças Armadas veio rápida e Themístocles foi sequestrado por um grupo de militares indignados, que o detiveram quando chegava em casa na noite do dia 03 de setembro e o levaram para a sede da 10ª Região Militar, em Fortaleza. O fato foi amplamente noticiado nacionalmente e adjetivado como mais um caso de afronta cometido pelos militares. O agravante era que a ação foi contra um homem da imprensa em sua livre expressão e que, ainda mais, exercia a função de secretário de Estado do governo estadual. Não tardou para aparecer manifestações que, utilizando-se de termos que buscavam adjetivar os acontecimentos daqueles dias, condenavam a ação. Uma delas veio dos *Diários Associados*, empresa jornalística de Assis Chateaubriand, que há muito Themístocles estava ligado:

Os abaixo assinados, companheiros associados do jornalista Themístocles de Castro e Silva, vem ante a sua arbitrária prisão, hipotecar-lhe irrestrita solidariedade, ao mesmo tempo que protestam contra os métodos ditatoriais com os quais afrontam hoje os princípios de liberdade assegurado pela Constituição, as próprias autoridades responsáveis pela manutenção dessas mesmas liberdades.

Fortaleza, 04 de setembro de 1961¹⁷

Os “métodos ditatoriais” que afrontavam “os princípios de liberdade assegurado pela Constituição” incluíam os acontecimentos todos que envolveram o sequestro de Themístocles, desde o impedimento da posse do vice-presidente eleito à tentativa de silenciamento da imprensa em vários locais do país, insistentemente denunciado por vários órgãos de imprensa.

O jornal *O Estado* ainda traria um relato dos acontecimentos feito pelo próprio Themístocles, onde dizia que foi admoestado por oficiais que gravavam tudo o que

¹⁷ Jornal *O Estado*, 05 de setembro de 1961, p. 1.

dizia e pediam retratações. Retratação que, asseverava o jornal, não veio apesar da tentativa de, ainda segundo o periódico, “desmoralizar um homem, e com ele a democracia”¹⁸. Aqui, Themístocles de Castro e Silva era reivindicado como a própria corporificação da democracia aviltada. Sua resistência às coerções dos militares representava o próprio ato de resistência à ilegalidade que o presidente João Goulart estava sofrendo. Nesse momento, eram os militares que tentavam driblar a vontade do povo expressa na constituição e era nesta constituição que residia a vontade soberana, sustentáculo de toda a argumentação.

Nada mais curioso se nos adiantarmos no tempo e observarmos o olhar do mesmo Themístocles de Castro e Silva, menos de três anos depois de ter escrito o polêmico artigo, por ocasião dos acontecimentos que levaram, enfim, à queda de João Goulart.

Um golpe pela democracia

Sob o título “Consagração da ilegalidade”, o artigo de Themístocles de Castro e Silva, no jornal “Correio do Ceará”, dos Diários Associados, em 14 de março de 1964, comentava o comício que iria acontecer no Rio de Janeiro e que contaria com a presença do presidente da República:

Estas notas estão sendo redigidas vinte e quatro horas antes da realização do chamado “comício das reformas”, através dos quais vamos oferecer às demais nações um deplorável exemplo em matéria de desrespeito à lei e à própria dignidade nacional.

Não se pode alimentar mais qualquer dúvida de que a concentração para o decreto SUPRA¹⁹ foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil, por sinal o mais atuante nos dias atuais. E o seu principal orador será, por incrível que pareça, o presidente da República.

Os órgãos mais representativos da opinião pública brasileira observam este aspecto desolador da atual fase da vida pública nacional: é o Chefe de Estado que, pisando na lei, promove a paralização das atividades do país.²⁰

O comício que causava o temor do articulista era o famoso “Comício da Central

¹⁸ *Ibid*, p. 02.

¹⁹ O chamado decreto SUPRA (Superintendência de Política Agrária) era uma proposta de desapropriação de terras ao redor de ferrovias, açudes e rios navegáveis. Essa mediada era encarada pela direita como inaceitável e indício de que o presidente passava por cima de um direito inalienável, o direito de propriedade. Por conta da resistência do Congresso Nacional, esse decreto seria assinado por João Goulart na noite do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. Ver: Ferreira; Gomes, 2014. p. 225-227; 269; 274-275.

²⁰ SILVA, Themístocles de Castro e. Consagração da ilegalidade. In: *Jornal Correio do Ceará*, 14 mar. 1964, p. 4.

do Brasil”, realizado na sexta-feira, 13 de março de 1964. A perspectiva de que o presidente João Goulart deflagrasse uma ação conjunta com comunistas a partir do comício era anunciada por vários órgãos de imprensa do país, uma vez que se identificava-se nesse comício um evento organizado por grupos à esquerda e, em especial, pelo próprio Partido Comunista, ilegal desde 1947. A presença do presidente no comício ao lado de seu cunhado, o gaúcho Leonel Brizola, deputado federal pelo PTB do Rio de Janeiro e odiado por parte considerável dos grupos de direita, sugeria ainda mais o alinhamento de Goulart com ações de desrespeito à lei ou, quando mais, a uma articulação golpista.

João Goulart, nos 30 meses que separam sua posse até o dia daquele comício, conseguira retomar seus poderes com um plebiscito que restaurara o presidencialismo. No mesmo passo, tomara medidas controversas diante das várias crises que seu governo tivera que enfrentar. A historiografia é rica sobre os acontecimentos do tumultuado governo de João Goulart, mas ainda é necessário compreender as mudanças semânticas que orientavam as redefinições no vocabulário político daqueles idos. Sobretudo, as sutis nuances que faziam com que determinadas terminologias fossem sendo reatualizadas pelos atores a partir do impacto dos acontecimentos. É importante salientar, portanto, que esse processo obedecia a disputas políticas que se davam na arena pública e que, por isso mesmo, estavam ligadas a interesses circunstanciais de seus protagonistas.

Ora, é a partir desses interesses que é possível investigar os artigos escritos por Themístocles de Castro e Silva nesse período. Ainda em inícios de 1962, o grupo político de Themístocles rompeu com a liderança petebista no Ceará, o então deputado federal Carlos Jereissati, e, por conseguinte, com o próprio PTB, indo parar numa das várias dissidências do partido, o Partido Trabalhista Nacional (PTN). É no PTN que o grupo de Themístocles, liderado pelo governador Parsifal Barroso, vai fazer uma improvável aliança com seu adversário nas eleições anteriores, o coronel Virgílio Távora. Aliança que incluía ainda o Partido Social Democrático (PSD) e que seria chamada de “União pelo Ceará”. A “União pelo Ceará” era, na realidade, uma aliança fomentada pelo temor do avanço das esquerdas no Ceará, visando a eleição para governador em 1962. A “União”, tendo como candidato a governador o coronel Virgílio Távora, saiu vitoriosa diante do candidato petebista Adahil Barreto. O próprio Themístocles ganhara, pelo PTN, uma cadeira de deputado estadual, frequentando as tribunas da Assembleia Legislativa com discursos ácidos e violentos contra a esquerda. Toda essas circunstâncias, ao que parece, tiveram um efeito catalisador na trajetória de

Themístocles, de forma que em 1964 já era possível enxergá-lo não mais como um forte defensor de Jango, como anos antes, na crise para a sua posse, mas, ao contrário: Themístocles se tornou um raivoso crítico e defensor de primeira ordem de uma intervenção militar. Nesse ínterim, termos como “democracia” ganhavam definições de acordo com novas convicções que se tinha sobre os acontecimentos de 1964.

Assim, Themístocles observa que em inícios de 1964 a própria democracia estava ameaçada pelo próprio governo João Goulart, pois, dizia ele ainda sobre o “comício das reformas”, que aqueles que ali estavam assistindo tinham sido financiados pelos cofres das “autarquias” e que:

A popularidade real, a popularidade verdadeira, é aquela que decorre da popularidade do governante em benefício dos governados; e não aquela postiça, financiada com o dinheiro dos contribuintes. O sr. Goulart, ao fim de um governo incapaz, inoperante e corrupto, tem se limitado a adular o povo, e o maior inimigo do povo é aquele que o adula.²¹

Dessa adulação, Themístocles enxergava o substrato de um golpe que viria. O curioso é que, ao passo que afirmava uma popularidade calcada em benefícios reais para a população mais pobre, o autor do artigo desqualificava os beneficiários e, mais, via neles os atores de uma trama para pôr fim às liberdades com a ajuda do presidente da República:

São os trabalhadores, são os das classes menos favorecidas as principais vítimas do atual Governo. O sr. João Goulart, porém, com ilusórios aumentos de salários, consegue manter, em seu redor, uma pequena minoria de iludidos para, na hora precisa, aos gritos de “go...Jan...go”, aplaudirem o fechamento do Congresso, a destruição das estruturas e a falência da iniciativa privada. Amanhã, aplaudirão a supressão de sua própria liberdade.²²

O trecho acima é esclarecedor de um tipo de entendimento de democracia que se construía: desprezando o significado dos aplausos ao presidente – mesmo afirmando que o presidente dera “aumentos de salários” – o articulista via nesses aplausos apenas o resultado de uma ação demagógica de manipulação das massas visando o fim da “liberdade”, daí o artigo sugerir uma proximidade de Jango a Hitler, expressa já no título, “Nos tempos de Hitler”. Chegando a prever, nesse movimento de “adulação” e supostas quebras da “legalidade”, uma finalidade: a “ditadura”:

²¹ *Idem*. Nos tempos de Hitler. In: *Jornal Correio do Ceará*, 16 de março de 1964, p. 4.

²² *Ibid*

Quer dizer: estamos, dia a dia, saindo das normas legais para a tutela da vontade do chefe de Estado. Estamos a caminho de uma ditadura. Com o exemplo do Presidente da República, qualquer um poderá, doravante, fazer comício onde quiser entender. Até dentro de sua casa, amigo leitor. No patamar das igrejas, nas salas dos tribunais, nos gabinetes das universidades. O Presidente falou em local proibido, sem respeitar as normas legais. E todos são iguais perante a lei.²³

O argumento que acusava o próprio presidente de quebrar as normas legais era reafirmado em vários artigos, sobretudo chamando a atenção para a proximidade do presidente com o Partido Comunista. Para o articulista a lógica era clara: quanto mais o chefe do executivo radicalizava em sua defesa das reformas – como no chamado decreto SUPRA, em que pretendia desapropriar terras inutilizadas para a reforma agrária -, mais abria espaço para os “comunistas”, entendidos como antidemocráticos por princípio. Em artigo intitulado “Como Vargas faria reforma agrária”, Themístocles, demonstrando sua admiração pelo antigo líder trabalhista, evoca a figura do ex-presidente para contrastar com a de João Goulart, afirmando que, “ao invés [...] de se deixar levar pelos comunistas da SUPRA [...] deveria seguir o caminho que Vargas teria seguido [...] o caminho do bom senso e do patriotismo”.²⁴ O tema da reforma agrária era central neste contexto. Em uma comparação com a Guatemala, cujo governo de esquerda fora derrubado em 1954, Themístocles chamava a atenção:

Tal como na Guatemala, não há, neste país, nenhum movimento honesto de camponês exigindo terra. Tudo é obra do Partido Comunista ou de alguns demagogos e cretinos à serviço dele. Pode ser que eu me engane, mas algo dentro de mim me diz que esse decreto da SUPRA será decisivo para os destinos do Brasil como Nação livre.²⁵

Essa proximidade com os comunistas era, por si, um índice que corroborava a tendência perigosamente antidemocrática do presidente. Dessa forma, abria-se espaço para ações não propriamente legais, mas reativas, visando à defesa da democracia supostamente ameaçada. Aqui vai se operando um contorcionismo na argumentação que tende a reafirmar ações excepcionais para a defesa da democracia, alargando, inclusive, as definições do que poderia ser entendido como ação em nome da democracia: “[...] Será o teste decisivo para as Forças Armadas Brasileiras, que terão

²³ *Ibid*

²⁴ *Idem*. Como Vargas faria a reforma agrária. In: *Jornal Correio do Ceará*, 02 de janeiro de 1964. p. 4.

²⁵ *Idem*. A segunda Guatemala (V). In: *Jornal Correio do Ceará*, 12 de março de 1964. p. 4.

que optar entre cumprir a Constituição, preservando a ordem e o regime democrático, ou assistir o desfile de tanques soviéticos pela Avenida Rio Branco.”²⁶

Diferentemente dos argumentos do mesmo articulista em 1961, quando tentava argumentar sobre a necessidade de se defender os limites estritos da Constituição para garantir a posse de Goulart, agora algo anterior fundamentava a necessidade de reação: os sagrados sentimentos de fé e liberdade de uma ‘Nação’:

Não se iludam aqueles que pensam que a Nação se deixará destruir impunemente. Também não se iludam os que, por uma verdadeira obra do acaso, se viram de um momento para o outro a frente do governo. Também não devem iludir-se os que confundem os sentimentos do Brasil, como Nação livre e democrática, com os gritos de “...go...Jan...go...” de uma massa ignorante transportada e paga para aplaudir os pregoeiros da desordem.

A reação – o termo é esse mesmo – [...] foi de tal maneira impressionante que agora o Sr. Goulart já tem elementos – se é que disso duvidava – para saber que o Brasil não quer ser uma segunda Cuba.

[...]

Não se iluda Sua Exca.: a Nação se levantará, como agora se levantou, exatamente para demonstrar aos ocupantes do Palácio Alvorada que da advertência de hoje passará à ação amanhã se alguém tentar investir contra os seus mais sagrados sentimentos de fé e de liberdade.²⁷

Dessa forma, era em nome da entidade “Nação”, calcada em difusos “sentimentos”, que, por si, justificaria uma ação enérgica contra o presidente eleito. Uma ação que não tardaria a vir das mãos das Forças Armadas. O autor, comentando o evento ocorrido em fins de março de 1964, em que marinheiros se amotinaram em assembleia considerada ilegal, advertia que, diante do quadro de insubordinação, as Forças Armadas saberiam responder em nome da defesa, não mais da Constituição, mas da família brasileira:

A política de destruição do Sr. Goulart não conseguirá atingir as Forças Armadas.

Elas se mantêm unidas e serenas na sua nobre missão de garantir a família brasileira. Os pequenos focos, naturalmente, continuarão, a pretexto de combater o “antipovo” e de reivindicar “as reformas de base”. Mas pode a Nação ficar tranquila. Na hora necessária haverá de prevalecer aquilo que é a razão de ser das próprias Forças Armadas: sua coragem, sua disciplina, seu amor pelo Brasil.²⁸

²⁶ *Ibid*

²⁷ *Idem*. O Brasil de pé. In: *Jornal Correio do Ceará*, 25 mar. 1964. p. 1

²⁸ *Idem*. A rebelião da Marinha. In: *Jornal Correio do Ceará*, 30 mar. 1964. p. 4

Aliás, depois de consumado o golpe de estado em 1º de abril, Themístocles voltaria às páginas do jornal justificando a ação como sendo uma vitória do mundo livre – entendido, por ele, como a democracia ocidental sob a égide dos Estados Unidos – e, na esteira disso tentava, assim, explicar a ação enérgica das Forças Armadas:

O mundo livre ficará devendo às Forças Armadas do Brasil essa vitória retumbante [...]

Daí, devem refletir melhor aqueles que hoje lamentam a simples cassação de mandatos ou de direitos políticos. As Forças Armadas continuassem a tolerar o que ocorria no Brasil, os que hoje lamentam cassação de mandatos, talvez amanhã não pudessem sequer lamentar a cassação de milhares de vidas.

Considerando o que iria acontecer neste país, o Comando Supremo Revolucionário está sendo até tolerante demais.²⁹

Como o autor deixava claro, a cassação de um mandato era justificado por uma previsão do que “iria acontecer”, portanto, por uma conjectura diante de um outro que enxergava como inimigo. Dessa forma, o mandato democrático podia ser aviltado por uma ação localizada acima da constituição que o protegia, pois acima de um direito estava a “República” ou a “Nação”, porque “O destino desta República, como Nação livre, é muito mais importante do que um mandato ou um direito político de meia dúzia de indivíduos que não souberam ou não quiseram ser dignos de sua condição de brasileiros”.³⁰

Dessa forma, foi se desenhando um entendimento novo de “democracia” que prescindia de formalidade legais, corroborado por uma vontade soberana que antecedia a lei constitucional corporificada em um mandato. Nem por isso, como é possível observar, a justificativa pela “defesa da democracia” deixava de aparecer. É revelador como esta democracia é entendida pelo autor num momento onde começavam as cassações de mandatos e direitos, logo nos primeiros dias do golpe.

Sempre sustentei que a Democracia, para defender-se, tem de ser intolerante, como intolerantes, pedantes e atrevidos são todos àqueles que desejam destruí-la. Nunca se chama um médico para mudar os lençóis da cama, porém para curar definitivamente o enfermo. O Brasil estava enfermo e o povo chamou com urgência seu grande médico: as Forças Armadas [...]. Atendendo ao chamamento do povo, as Forças Armadas não podem mudar apenas o lençol do doente. Tem de curá-lo definitivamente, pois sua caída representará o desenlace fatal.³¹

²⁹ *Ibid*

³⁰ *Ibid*

³¹ *Ibid*

Aqui a metáfora do corpo é esclarecedora para respaldar as ações de força, pois o “corpo” é o “Brasil” entendido como uma “Nação”. Tópica antiga e por demais batida do pensamento social no Brasil, a defesa de um “povo” em abstrato, justificava qualquer imbróglio jurídico que pudesse deter a ação, vista como reação. E ainda é pela defesa da democracia diante de um ataque que Themístocles vê a ação das Forças Armadas. E mais: sua legitimidade formal vai às favas diante do chamado de um elemento importante para a sua legitimidade de fato, qual seja, o povo.

Assim, redefinindo os limites da ação democrática, afastando-a do apego à constituição, sem, no entanto, deixar de falar em nome dela, e, no mesmo movimento, evocando valores que seriam legitimadores de uma ação de força contra o presidente eleito, Themístocles vai expressando uma mudança semântica que atravessava um linguajar próprio dos apoiadores do golpe de 1964. É interessante flagrar essa mudança na argumentação do articulista num espaço relativamente curto de tempo para entendermos que, aqui, não se trata apenas de uma mudança nas escolhas ideológicas, ou resultado de rivalidades setoriais que vemos se processar, mas trata-se de todo um arsenal discursivo que vai dar forma e justificar a violenta retirada do presidente da República a partir de um golpe, finalmente ocorrido em 1º de abril.

Conclusão

Os eventos que culminaram no golpe civil-militar de 1964 é um recorte fascinante para quem quer compreender a história das grandes mobilizações de massa no Brasil recente. Não obstante o seu desfecho trágico, os historiadores parecem ser unânimes na identificação daquele período como um momento ímpar, onde parte da sociedade brasileira se imbuíu da tarefa de discutir os rumos do país, notadamente no que diz respeito a projetos de transformações sociais. Essa fascinação, por outro lado, pode enveredar, para um investigador desatento, num descaso das matizes que enformavam as opções políticas e morais do período, de forma que a clássica separação entre discursos progressistas e atitudes mais conservadoras podem confundir o pesquisador. A trajetória de Themístocles de Castro e Silva é exemplar desse tipo de potencial propensão à confusão. Sua trajetória, por si só curiosa, pois percorrida no limite entre alguém próximo a certo mundo do trabalho – sendo ele próprio, por um tempo, trabalhista - e, ao mesmo tempo, nos corredores do poder, revelará nos anos 1960, nas páginas do jornais dos *Diários Associados* no Ceará e de *O Estado*, um polemista que em seus escritos mesclará um assumido apreço pelo figura de Vargas, com um

anticomunismo paranoide; uma defesa de certa democracia com um apreço recorrente à soluções de força como forma de superação das crises e, por fim, uma trajetória que o lançará de defensor intransigente da posse de João Goulart como presidente da República a efusivo defensor do golpe de estado de 1964 e da posterior ditadura – que, aliás, defenderá em seus artigos de forma eloquente até sua morte, em 2011.

Para o pesquisador interessado, mais do que uma trajetória contraditória em tão pouco espaço de tempo, o que salta aos olhos é a gritante mudança nas argumentações sobre o que se entendia por “democracia” e os limites do que se podia justificar como ação enérgica naquele momento. Penso que não há dúvidas que um programa de pesquisas que pautasse tais mudanças ajudaria para uma melhor compreensão das escolhas dos homens que viveram de maneira dramática aquela primeira metade dos anos 1960, onde as disputas se davam, de forma difusa, também no terreno da linguagem e que, por conta mesmo dessas disputas, ia se processando uma gramática própria que era encenada pelos personagens que fizeram o golpe de 1964. Esse processo foi consolidando um discurso autoritário que, na esteira disso, foi dando forma à discursos mais inspirados e sistematizados que justificavam a violência que se seguiu ao golpe.

Portanto, para o investigador, não se trata de uma tentativa de definição do que seja um “golpe”, pois que estes são, como um bom historiador sabe, construídos sempre por elementos inéditos que vão se mesclando com práticas anteriormente conhecidas. Em uma só palavra: golpes são historicamente produzidos. Trata-se, por outro lado, de atentar para os elementos que o vão constituindo como tal. Daí, como tentei argumentar neste artigo, é também na mudança que se processa numa linguagem política que se pode enxergar esses elementos mobilizadores.

Por fim, não é demais lembrar, que, em parte por essa incompreensão das mudanças semânticas de um tempo e pelo negação, quase sempre desdenhosa, em seriamente perscrutar um discurso ordinário e pouco sistematizado como o de Themístocles de Castro e Silva, é que corremos o risco de tempos em tempos sermos surpreendidos pelo retorno de uma voga autoritária que ameaça a ainda frágil existência da nossa democracia.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, Monica. **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.
- BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.
- CASTRO; D'ARAÚJO; SOARES. **Vozes do Golpe**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CORDEIRO, Janaína Martins; ROLLEMBERG, Denise (org.). **Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil**. Salvador: Saga, 2021.
- CUNHA, Diogo. Os conceitos de democracia e revolução no pensamento autoritário de direita entre a ditadura do Estado Novo e o fim do Regime Militar. **Revista Política Hoje**. Recife, UFPE Edição especial, v. 27, p. 85-122, 2018.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FAUSTO, Bóris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FICO, Carlos. A utopia autoritária brasileira. In: FICO, Carlos. **Ditadura militar: Prefácios, palestras & posts**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2020. p. 308-309. (E-book)
- JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (org.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 9-38.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e História social. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p. 97-118.
- LABAKI, Amir. **1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. *In*: FAUSTO, Bóris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2016. (v. 9, t. 3).

MIRANDA, Mário Ângelo Brandão de Oliveira. **Povo, democracia e legalidade no Brasil**: linguagens políticas da primeira experiência democrática de massas nacional (1945-1964). Curitiba: Appris, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (org.). **O golpe a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

POCOCK, J.G. A. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

REZNIK, Luís (org.). **Linguagens políticas do Brasil Democrático**. Rio de Janeiro: MauadX: FAPESP, 2023.

RODRIGUES, José Albertino. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SANTOS, Luís Sérgio. **Parsifal**: um intelectual na política. 2017. São Paulo: Escrituras Editora; Fortaleza: Instituto Myra Eliane, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 95-104.